



EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PROPOSTA FUNDAMENTAL PARA O FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL NO TERRITÓRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ – CEARÁ

FINANCIAL EDUCATION AS A FUNDAMENTAL PROPOSAL FOR THE STRENGTHENING OF THE DEVELOPMENT OF THE RURAL ENVIRONMENT IN THE TERRITORY OF THE BATURITÉ MASSIF - CEARÁ

Maria Vanessa Silva dos Reis
Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
vanessareis6622@gmail.com
Roberio Telmo Campos
Mestrado em Economia Rural (PPGER/UFC)
roberiotcampos@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT6. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva.

Resumo

A lacuna comportamental ainda existente, definida como a falta de Educação Financeira, ocasiona um quadro caótico, tanto no meio urbano quanto no rural, sendo, neste último, de forma mais impactante, considerando que a desigualdade ainda é perceptível, principalmente, no aspecto socioeconômico. As pessoas do meio rural, em sua maioria, dependem de remunerações oriundas da agricultura familiar e de pequenos negócios, que contribuem para o aumento da renda nacional, mas os indivíduos tomados como foco deste estudo, classificam-se no grupo dos mais pobres do Brasil. Assim, tem-se por objetivos efetuar a análise descritiva dos residentes e avaliar e compreender o comportamento financeiro desses indivíduos que vivem na área rural, objeto do estudo, assim como suas atitudes nas tomadas de decisões que podem implicar em consequências positivas (ou não). Os dados e informações são provenientes de estudo de caso aplicado no território rural do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará. O método de análise utilizado foi o de *clusterização* (agrupamento), aplicando-se o *software IBM SPSS Statistics 20*. Conclui-se que o território rural analisado apresenta baixo nível de Educação Financeira. Além disso, verifica-se a ocorrência de impactos significativos na relação entre a variável socioeconômica selecionada (sexo) e a educação financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira, Desenvolvimento, Meio Rural.

Abstract

The still existing behavioral gap, defined as the lack of Financial Education, causes a chaotic situation, both in the urban and rural areas, being, in the latter, more impactful, considering that inequality is still noticeable, mainly, in the socioeconomic aspect. The majority of rural people depend on salaries from family farming and small businesses, which contribute to the increase in national income, but the individuals taken as the focus of this study are classified in the group of the poorest in Brazil. Thus, the objectives are to perform the descriptive analysis of residents and to evaluate and understand the financial behavior of these individuals living in the rural area, object of the study, as well as their attitudes in decision-making that may imply positive consequences (or not). The data and information come from a case study applied in the rural territory of the Baturité Massif, in the State of Ceará. The method of analysis used was clustering, applying the IBM SPSS Statistics 20 software. It is concluded that the rural territory analyzed has a low level of Financial Education. In addition, there are significant impacts on the relationship between the selected socioeconomic variable (gender) and financial education.

Key words: Financial Education, Development, Rural Environment.

1. Introdução

Na sociedade moderna, os indivíduos precisam obter a dominância de um conjunto vasto de propriedades formais que proporcionem uma compreensão lógica das forças que influenciam o ambiente e suas relações. Esta lógica perpassa intensas transformações, sejam estas



tecnológicas, culturais e educacionais, as quais refletem diretamente no comportamento humano e, conseqüentemente, impacta o comportamento financeiro das pessoas. O domínio desta propriedade comportamental é adquirido por meio da Educação Financeira, que é entendida como um processo de mediação de conhecimentos que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que estes tomem decisões assertivas, fundamentadas e seguras, iniciando pelo gerenciamento de suas finanças pessoais. Tais capacidades, quando aperfeiçoadas, impulsionam a integração dos indivíduos à sociedade e, portanto, tornam-se mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando seu bem-estar e melhorando o meio em que vivem.

Este estudo utiliza-se da Educação Financeira como ciência multidisciplinar humana, como estratégia e proposta para entender e, ao mesmo tempo, aprimorar o comportamento financeiro do indivíduo do campo, que há bastante tempo, não é mais apenas um sujeito que vive em uma pequena propriedade rural, mas sim, um ser humano com potencial empreendedor que trabalha, gera economia e emprego para a sua família e para a sociedade em que vive.

Assim, este trabalho justifica-se por duas razões: a primeira refere-se ao fato de que a população rural brasileira ainda vive as consequências da desigualdade de distribuição de renda, em que um número significativo é excluído do acesso básico às informações adequadas, como tornar a Educação Financeira um hábito educacional, fazendo este assunto ainda mais relevante; a segunda, é que o meio rural tenderá a ser melhor reconhecido e valorizado por meio da implementação do princípio da Educação Financeira, formalizada como hábito de vida cotidiana das pessoas. Desta forma, torna-se fator crucial para além de contribuir no desenvolvimento socioeconômico do meio em que vivem, permitir, também, o transbordamento positivo, sendo uma nova concepção cultural e financeira, chamada de educação financeira rural, para os demais contextos (PONTARA, 2019). A relevância de tais desdobramentos são reforçados por meio da conscientização e estruturação do pensamento e comportamento financeiros frente as situações dentro do meio rural.

Desta forma, pode-se dizer que este estudo difere de outros trabalhos por apresentar, de forma simples, a importância da educação financeira no campo e, assim, colaborar no desenvolvimento rotineiro de empreendimentos, por meio de uma visão mais prática de sua aplicação no meio rural. Cabe ainda salientar a ausência de estudos abordando essa temática para mostrar a realidade financeira rural. Atenta-se também para a necessidade de considerar os indivíduos de outras faixas etárias, além de crianças e jovens do campo, quando da aplicação de métodos educativos financeiros.

Neste contexto, objetiva-se analisar e compreender o comportamento financeiro dos indivíduos que habitam na área rural, assim como suas atitudes nas tomadas de decisões que podem implicar em consequências positivas (ou não). Especificamente, procura-se averiguar o impacto da variável socioeconômica selecionada sobre a Educação financeira, com base em um estudo de caso no território rural do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará.

Desta forma, o presente trabalho está estruturado, além da introdução, pelo referencial teórico, que aborda a educação no meio rural; o tema de educação financeira; as dificuldades financeiras e seus efeitos para o meio rural e, a educação financeira como ferramenta de desenvolvimento rural, com o intuito de crescer conceitualmente e apresentar a relevância da temática abordada. Em seguida, apresenta-se a metodologia baseando-se nos trabalhos de Cardoso, Silva e Vicente (2019) e Potrich (2014). Os resultados e discussão são apresentados por meio da descrição dos dados e informações coletadas. E, por fim, apresentam-se as considerações finais, considerando os resultados encontrados para o cumprimento do objetivo proposto.

2. Referencial Teórico



2.1. Histórico da educação no Meio Rural

Segundo Pereira e Castro (2021), para modernizar o Brasil e torná-lo um país de economia pujante, industrializado e influente no cenário internacional, seria necessário alguns pilares, como agricultura eficiente, indústria nacional forte, infraestrutura e educação. Ainda segundo os autores, dentre os pré-requisitos para o desenvolvimento, talvez no qual o Brasil tenha apresentado menor progresso, ao longo do século XX, tenha sido no quesito educação.

Existe um *gap* entre o meio urbano e o meio rural cada vez mais iminente ao contexto brasileiro. Apesar da “Revolução Verde”, vivenciada no campo entre as décadas de 1960 e 1970, o meio rural ainda apresenta os piores indicadores socioeducacionais, principalmente, nas localidades que encontram-se à margem do agronegócio brasileiro, que vivem de atividades menos capitalizadas, aprofundando-se no ciclo vicioso da pobreza. O acesso a educação de qualidade ainda não é uniforme no território brasileiro, pois, ainda apresenta diferenças significativas entre as regiões, estados e municípios. Apesar da implementação de políticas públicas, nos últimos vinte anos, voltadas para programas que condicionam a frequência escolar à transferência de renda, a condição escolar rural ainda é instável em relação a educação urbana (PEREIRA; CASTRO, 2021).

Nesi (2021), corrobora afirmando que ainda que a educação esteja sempre em constante evolução em nível nacional, a desigualdade é evidente entre indivíduos e suas classes. Desta forma, a necessidade de pensar a escola para o meio rural é um fator relevante, pois, há diferenças regionais e locais que podem impossibilitar a implementação do sistema educacional de forma igualitária.

De acordo com Pereira e Castro (2021), o processo de estruturação de serviço educacional no meio rural teve início no fim do século XIX. O desenvolvimento do ensino rural decorreu da necessidade de mão de obra mais especializada proveniente das atividades agropecuárias. Diante disso, os “detentores do poder” no meio rural aceitaram a inserção de instituições de ensino em seus domínios, no entanto, quando comparada ao meio urbano, foi tardia e descontínua, ao longo do tempo e no território (PEREIRA; CASTRO, 2021).

A realidade do homem do campo está atrelada a educação e ao trabalho para auxiliar a família na propriedade, para tanto, a associação da educação financeira ao meio rural traz o papel de valorização do processo de trabalho como princípio educativo. Desta forma, não cabe apenas o reconhecimento do trabalho braçal, mas, também do trabalho intelectual que será aplicado nos diversos contextos existentes no meio rural, no intuito de gerenciar as atividades mensurando as receitas e despesas, ativos e passivos, produtividade, projeções de investimentos, dentre outros (NESI, 2021).

2.2. Educação Financeira

Segundo Jacob *et al.* (2000), o termo “educação” refere-se ao conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento de tarefas financeiras vitais, incluindo também o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias. Ainda segundo o mesmo autor, o termo “financeira”, implica em uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro em nossas vidas diárias, partindo do controle do gerenciamento do cartão de crédito até a preparação de um orçamento mensal, aquisição de um empréstimo ou a decisão de um investimento.

De acordo com o Banco Central (2013), Educação Financeira (EF)¹ é definida como

¹ Doravante passa-se a utilizar EF (Educação Financeira).



“o meio de prover conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países” (BACEN, 2013, p. 8).

Esta definição encontra-se em concordância com o posicionamento abordado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil faz parte desde 2017:

A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (BCB, 2009, p. 1).

A EF é definida por Greenspan (2002), como um meio de preparar os indivíduos com conhecimentos financeiros necessários para elaboração de orçamentos, iniciar planos de poupança e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações em curto prazo e em longo prazo, maximizar seu bem-estar, sendo especialmente importante para as populações tradicionalmente subentendidas pelo nosso sistema financeiro.

A EF tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Em 2010 é instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010, sendo renovado dez anos depois pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, com o intuito de implementar uma política de Estado de caráter permanente, que abrangesse a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira. A ENEF apresenta a seguinte motivação de atuação:

Quadro 1 – Lógica de atuação da ENEF

Desenvolvimento da economia brasileira	+	Crescente número de pessoas acessando o Sistema financeiro	=	É preciso melhorar o grau de educação financeira da população brasileira.
--	---	--	---	---

Fonte: Autores, 2022.

Segundo Prado (2020), mesmo após dez anos de atuação da estratégia de EF, o Brasil ainda apresenta sérias dificuldades para formar pessoas que possuam uma relação saudável com o dinheiro que recebem e gastam. Ainda segundo o autor, a falta de cuidado com as finanças pode resultar em um sofrimento maior, considerando a crise provocada pela atual pandemia e a consequente alta inflacionária.

O Governo Federal, com o intuito de implementar o ensino financeiro nas escolas e aprimorar a conscientização sobre finanças pessoais, acrescenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o atendimento de todas as escolas brasileiras às novas diretrizes a partir de janeiro de 2020:



Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 269).

Segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil, 2019), por meio da implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), os resultados ainda são incipientes e limitados. Alguns dos resultados abordados mostram que a maioria dos estudantes brasileiros obtiveram desempenho abaixo do adequado, e não conseguem, por exemplo, tomar decisões em contextos que são relevantes para eles, como reconhecer o valor de uma despesa ou interpretar documentos financeiros cotidianos.

A seguir apresenta-se as recomendações e princípios, sobre EF, decorrentes de pesquisas realizadas pela OCDE:

Quadro 2 – Princípios e recomendações sobre educação financeira

1.	A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2.	Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3.	O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4.	O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5.	A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6.	Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7.	A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8.	As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9.	Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10.	Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: Adaptado de OCDE, 2005.

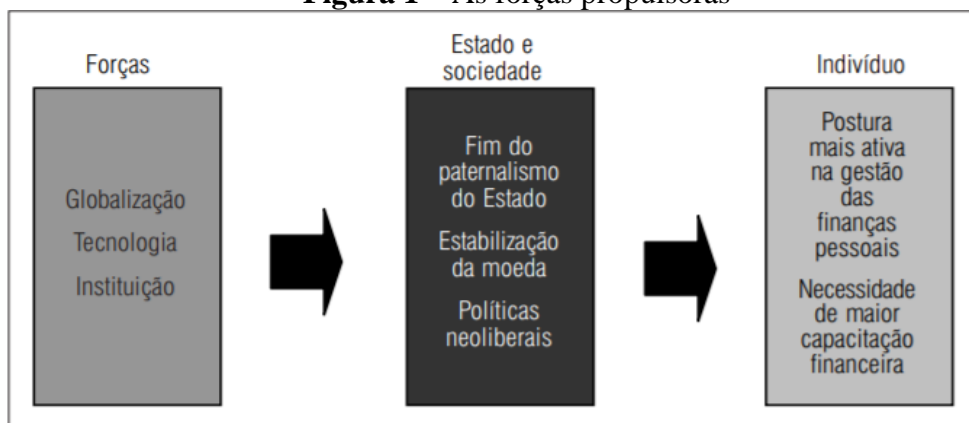
As atitudes financeiras são fundamentadas por meio de valores e princípios, podendo serem econômicos ou não econômicos, e são tomadas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento (CARDOSO; SILVA; VICENTE, 2019).



2.3. Dificuldades Financeiras e o Transbordamento para o Meio Rural Brasileiro

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), nas últimas duas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal (vide Figura 1).

Figura 1 – As forças propulsoras



Fonte: SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007.

Um grande número de brasileiros vem gradualmente emergindo das classes sociais mais baixas, atingindo um patamar mais elevado de renda e passando a ter acesso a produtos e serviços financeiros. Porém, sem educação financeira adequada, os problemas persistem. Por exemplo, o aumento do emprego com carteira assinada amplia as opções de acesso ao crédito, principalmente para a compra de produtos duráveis de valores mais elevados. A falta de experiência e planejamento para arcar com as prestações do financiamento aumenta significativamente o risco de endividamento. A ascensão social, nesse caso, acaba por se tornar prejudicial à saúde financeira das famílias (OLIVEIRA, 2012).

A principal dificuldade do indivíduo é planejar adequadamente suas ações de longo prazo e poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Dessarte, também é necessária a reavaliação das decisões sobre a compra de sua casa própria e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de créditos e dominar a tecnologia disponível para a realização de transações financeiras básicas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

O Governo brasileiro procurou, nos últimos anos, ampliar a oferta de crédito, para incentivar o consumo de bens e serviços e, assim, aumentar a produção. No entanto, o consumo das famílias não consegue, sozinho, estimular os investimentos, que geram empregos e elevação da renda. Para agravar esse quadro, a população, despreparada para dimensionar o volume de comprometimento do seu orçamento, avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo vicioso de expansão e retração do crescimento (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Segundo Campos (2013), a população brasileira tem conseguido utilizar mais formas de crédito, principalmente o cartão de crédito, a juros exorbitantes, caminhando rapidamente à inadimplência. No entanto, o maior problema não está no fato de parcelar as dívidas, e sim na



falta de conhecimento sobre a EF, pois se está vivenciando o desejo desenfreado e inconsciente de uma aparente necessidade transformada pelo consumismo (CHIARELO *et al.*, 2014).

Apesar da necessidade de iniciar o processo desde cedo, também é preciso pensar naqueles que já estão no mercado de trabalho e não tiveram acesso a conteúdos do gênero na infância ou juventude. Segundo Serasa (2021), o Brasil possuía 63,97 milhões de inadimplentes em dezembro de 2021, sendo 50,1% de mulheres e 49,9% de homens, número este que justifica-se, também, pela crise pandêmica enfrentada atualmente.

Tabela 1 – Principais dívidas por segmento
PRINCIPAIS DÍVIDAS (POR SEGMENTO)

Banco/ cartão de crédito	27,70%
Utilidades (contas básicas como água, luz e gás)	23,90%
Varejo	12,60%

Fonte: Adaptado de SERASA, 2021.

De acordo com Nesi (2021), quando aplicado à realidade no meio rural isso não é diferente. A agricultura moderna não precisa de gente: precisa de máquinas. Ainda que seja visível que a mão de obra no campo esteja cada vez mais escassa com as novas tecnologias para automatizar o sistema de produção, o trabalho que antes era necessário ser realizado por cinco pessoas, hoje já é realizado por apenas uma.

Em relação a agricultura familiar, especificamente a agricultura de subsistência, principal ocupação primária do meio rural, Nesi (2021) afirma que o problema surge quando a família vai ao mercado vender seu produto, e esta tem de adequar-se ao preço de mercado; logo, o custo de produção na lavoura tem de ser menor do que o preço de venda. Ocorre que, no mundo globalizado, os preços são dados pelo mercado mundial, e caso sejam baixos, justificam-se pelo uso da tecnologia moderna, que permite que os custos de produção sejam menores. Portanto, o camponês/agricultor rural precisa assimilar a tecnologia moderna, se quiser vender o excedente da sua produção sem prejuízo.

Com base no exposto, chega-se ao ponto em que a educação financeira encontra-se com a agricultura familiar. O advento de novas tecnologias, o êxodo rural, a diminuição significativa de mão de obra são consequências presentes no meio rural (NESI, 2021). Em contraposição, o conhecimento em virtude da saúde financeira viabiliza formas de permanência e gestão no meio rural.

Segundo Barros (2019), especialistas comentam que os agricultores acreditam que têm menos dinheiro do que realmente têm e que suas reservas valem menos do que supõem. Isso provoca no produtor rural pensamentos confusos e atitudes comportamentais precipitadas que implicam diretamente na dificuldade financeira que o empreendedor rural tem de lidar com seus rendimentos pessoais e, conseqüentemente, com suas atividades profissionais, mais especificamente, no momento de administrar suas finanças e, posteriormente, no processo de compra e investimentos, juntamente com suas preferências em relação a diversos produtos e serviços. Com isso, acaba não tendo a consciência do custo de seus gastos e desconhece o hábito de planejar para realizar determinado objetivo (BARROS, 2019).

O processo de implementação da EF no meio rural é um tanto desafiador, considerando as especificidades existentes, pois, a geração que antecede possui um nível muito baixo de formação, e este pouco conhecimento é repassado entre pais e filhos (quando repassados), formando uma geração com pouco conhecimento especializado (NESI, 2021).

2.4. Educação financeira como proposta fundamental de desenvolvimento do Meio Rural

Ser educado financeiramente é um dos principais desafios que, atualmente, a sociedade



tem como tarefa em seu dia a dia. No entanto, nas ocasiões em que a EF é abordada no Brasil, por instituições escolares, financeiras e também pelos meios de comunicação, geralmente o enfoque é sempre o mesmo: corte de gastos, poupar dinheiro e ficar rico. Conceitos que não são errôneos, pois fazem parte de todo o processo educacional financeiro humano, porém, pensar unicamente nessas informações não é ser educado financeiramente. Na realidade este tipo de pensamento é apenas se inteirar de informações que fundamentam o controle financeiro pessoal, tendo em vista que há uma grande diferença entre os conceitos de finanças pessoais e educação financeira (PONTARA, 2019).

Segundo Pontara (2019), a EF educa, tratando por meio da melhoria do comportamento humano, conscientizar as pessoas a planejar seu consumo consciente, colocando em pauta a realização de projetos a serem alcançados e o desenvolvimento do meio em que vivem. As finanças pessoais, de forma menos complexa, fazem parte desta grande área, tratando de planilhas e cálculos voltados para a área matemática.

Estudos realizados por Kaiser e Menkhoff (2017), resultaram em seis pontos críticos principais, demonstrados na figura 2:

Figura 2 – Pontos críticos para a eficiência da educação financeira

- 1 Alfabetização financeira contribui para o comportamento financeiro
- 2 Educação financeira tem um impacto positivo e mensurável nas finanças
- 3 Os efeitos da educação financeira dependem do grupo alvo.
- 4 Sucesso na educação financeira depende do comportamento financeiro do grupo alvo
- 5 O aumento da intensidade gera suporte nos efeitos da educação financeira
- 6 As características da educação financeira podem fazer a diferença

Fonte: KAISER; MENKHOFF, 2017.

O crescimento da EF contribui para o comportamento financeiro, como esta tem um forte impacto na alfabetização financeira, os efeitos estatísticos são notáveis e impactam diretamente. A educação financeira teve um impacto positivo mensurável nas finanças mesmo nos experimentos aleatórios mais rigorosos (KAISER; MENKHOFF, 2017).

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007), a EF é uma peça fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político. Dessarte, fica evidente que a educação financeira é um alicerce para o desenvolvimento da vida de todo e qualquer ser humano, pois é um estímulo ao controle das emoções no qual equilibra a ansiedade, e assim o indivíduo aprende a mudar o seu comportamento, ou seja, aprende a consumir com consciência sendo cooperativo e competitivo ao mesmo tempo (PONTARA, 2019).

Não há uma fórmula mágica para aplicar a educação financeira no meio rural, o que deve ser feito é analisar a realidade financeira do meio analisado, para que auxilie na mudança de hábitos, reflexão e sabedoria para tomada de decisões e realização de ajustes necessários (NESI, 2021). A viabilidade da saúde financeira permite a abertura de caminhos que levam o agricultor, sua família e comunidade a desenvolver e criar formas alternativas de produção de conhecimento que vão além dos muros da escola e livros didáticos, bem como garantir trabalho, produção e renda na sua propriedade, como maneira de estimular a permanência e sucessão no meio rural (CHIARELLO, 2014).

Desta forma, considerando as dificuldades ainda enfrentadas pelo meio rural, e como isso pode influenciar em seus rendimentos e gastos, o direcionamento da EF para o âmbito rural é necessário, pois, pode levar a mudança de hábitos e comportamentos financeiros, que podem impactar positivamente, de forma efetiva, nas finanças da propriedade, do agricultor e da sua



família, isto é, evitando situações como, por exemplo, gastos desnecessários que levem a dívidas precoces, que podem refletir negativamente no meio em que vivem, como abordado anteriormente.

3. Metodologia

3.1. Área de estudo

O estudo é realizado no território rural do Maciço de Baturité, área situada no interior do Estado do Ceará. O Maciço localiza-se a uma distância média de 100 km da capital Fortaleza, possui uma área total de 4.820 km² e compreende treze municípios, os quais fazem parte da região semiárida, sendo estes: Redenção, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Mulungu, Itapiúna, Ocara, Palmácia, Pacoti e Guaramiranga. Juntos somam uma população de, aproximadamente, 240 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2015).

Quanto à distribuição da população entre as áreas rurais e urbanas, a maior incidência encontra-se na área rural, com 54,84%, enquanto na urbana concentra-se 45,16% da população total. O território enfrenta as inúmeras dificuldades atribuídas pelo clima, pela situação de exclusão e pobreza de grande parte de sua população e incipiência das políticas públicas, que não conseguem atender às necessidades e exigências que lhes são impostas.

3.2. Natureza e Fonte dos dados

3.2.1. Estudo de caso

O Estudo de Caso pode ser entendido como a busca por dados e informações em uma determinada situação, na qual exista um evento específico tido como o caso a ser abordado, a fim de compreender, descrever e avaliá-lo minuciosamente, passando sua compreensão a outros interessados (CHIZZOTTI, 2011). No que se refere à abordagem, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Segundo Gil (2010), as pesquisas quantitativas possibilitam uma interrogação direta aos indivíduos visando à compreensão de seu comportamento e permitem minimizar a heterogeneidade dos dados conferindo maior confiabilidade aos resultados devido ao estabelecimento de uma estrutura pré-definida.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por vinte e uma questões, sendo que as *proxies* analisadas neste trabalho basearam-se nos estudos de Cardoso, Silva e Vicente (2019) e Potrich (2014). A partir destes construtos foram analisadas as seguintes dimensões: comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira, conforme proposto por Potrich (2014), além de aspectos como acerca da origem, do controle, do planejamento e da situação financeiras dos respondentes. A aplicação dos questionários se deu de forma *on-line*, por meio da plataforma *Google Forms*, pela rapidez e facilidade do manuseio. O veículo utilizado para envio dos questionários foi a rede social, WhatsApp, onde houve uma identificação e participação voluntária dos respondentes.

Dessarte, utilizou-se a clássica fórmula de amostragem aleatória simples para calcular o tamanho da amostra utilizada neste trabalho. A região estudada possui uma população rural, foco deste estudo, equivalente a um total de 118.306 habitantes, segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Obtiveram-se respondentes de todos os municípios do território supracitado, porém, em decorrência do curto prazo para aplicação dos questionários e pela situação de pandemia enfrentada atualmente, utilizou-se um nível de significância de 90% e um erro amostral de 10%, obtendo um resultado amostral de 68. Assim, os questionários alcançaram um total de 70 respondentes, residentes da área rural do território do Maciço de Baturité.



O período de coleta de dados incorreu com eventuais dificuldades, mesmo sendo *on-line*, algumas pessoas apresentaram indisponibilidade, resultando em um período maior de aplicação de questionários. Outro aspecto foi o período curto de tempo para aplicação dos questionários e desenvolvimento da pesquisa.

3.3. Método de análise

Utiliza-se a análise tabular, com a elaboração de tabelas para a determinação de frequências absoluta e relativa das variáveis, e a análise descritiva para a caracterização dos residentes.

Objetivando efetuar o agrupamento das similaridades existentes entre os respondentes, utilizou-se a análise de agrupamento (*clustering*), obtida por meio do *software IBM SPSS Statistics 20*.

O cluster, porém, consiste em uma técnica quantitativa de análise de conglomerados, a fim de agrupar os dados de acordo com suas similaridades e distingui-los nas diferenças. Tal técnica objetiva encontrar e diferenciar objetos em grupos que sejam similares quanto as suas características. Uma das técnicas mais utilizada é a k-média (*k-means*), que objetiva desagregar um conjunto de objetos em subconjuntos menores, segundo suas variáveis. Tal técnica segue a seguinte sequência: escolha dos *K clusters* aleatoriamente; cálculo do centroide para cada *cluster*; repetir; atribuir cada ponto ao centroide mais próximo e recalculá-lo para cada *cluster* até a estabilidade (POTRICH, 2014). Assim, cada observação é alocada à semente com o centroide mais próximo (distância euclidiana):

$$dist(E_i, E_j) = \sqrt{\sum_{l=1}^M (x_{il} - x_{jl})^2}$$

O k-médias depende de um parâmetro (*k* = número de *clusters*) pré-estabelecido pelo usuário. Trata-se de um algoritmo dado pela seguinte equação:

$$d(P, X) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n d(P_i, X)^2$$

Desta forma, esta técnica foi selecionada em virtude da maior facilidade de visualização dos dados, a partir das similaridades ou divergências que foram apresentadas pelas respondentes do território do Maciço de Baturité.

Tais procedimentos assumem a verificação do impacto das variáveis nos processos dimensionados, considerando uma variável impactada (*y*) e demais variáveis impactantes (*x*) dentro de cada dimensão analisada.

3.3.1. Dimensões e variáveis

A descrição das dimensões (POTRICH, 2014) e variáveis para análise financeira utilizadas são apresentadas a seguir (vide Quadro 3), que sintetizam as informações completas sobre a base de dados utilizada.

**Quadro 3** – Descrição das dimensões e principais variáveis utilizadas

Dimensões	Variáveis
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	Idade, sexo, grau de escolaridade, cidade onde reside, principal fonte de renda.
COMPORTAMENTO FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quem toma as decisões de gastos financeiros na sua casa; ▪ Como avalia sua situação financeira atual; ▪ Possui dívidas; ▪ Meio de pagamento mais utilizado; ▪ Para qual finalidade está dedicada a maior parte do seu orçamento; ▪ Já solicitou algum empréstimo (s) formal (is); ▪ Finalidade do empréstimo (s); ▪ Dificuldades para acessar empréstimo (s) ou outros serviços financeiros; ▪ Consegue pagar as suas dívidas normalmente; ▪ Acredita que suas dificuldades financeiras estão ligadas a quais fatores.
CONHECIMENTO FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Onde adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos sobre gestão financeira; ▪ Acesso a algum material ou curso sobre EF.
ATITUDE FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Opinião sobre educar-se financeiramente; ▪ Interesse em poupança para fins emergenciais; ▪ Conseguiu planejar-se durante a pandemia; ▪ Opinião sobre aposentadoria.

Fonte: Dimensões de POTRICH, 2014; autores, 2022.

4. Resultados e discussão

Neste tópico, analisam-se os dados coletados por meio dos questionários semiestruturados aplicados. Para isto, aborda-se aqui uma análise quantitativa com característica descritiva, pois foram utilizadas técnicas padronizadas, de modo que estas possibilitaram avaliar as características da população amostral de acordo com as dimensões analisadas: variáveis socioeconômicas, comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira, objetivando responder os objetivos propostos e responder o questionamento apresentado.

A seguir, apresenta-se a análise descritiva dos dados adquiridos por meio dos questionários respondidos por 70 (setenta) respondentes residentes na área rural do Território Maciço de Baturité. Em seguida, trata-se da análise de *clusters*, que abordará o impacto da variável socioeconômica selecionada nos fatores comportamentais relacionados a EF.

4.1. Análise descritiva dos residentes

Após apresentar a distribuição da amostra, é importante caracterizá-la por meio das variáveis relacionadas. Para realização desta análise, utilizou-se a estatística descritiva, considerando as frequências absoluta e relativa (descritiva qualitativa); e medidas de posição, tendência central e dispersão (descritiva quantitativa). A seguir é apresentada a tabela 2, com a análise descritiva qualitativa das variáveis da amostra coletada:

**Tabela 2 – Análise descritiva qualitativa das variáveis**

DIMENSÕES	Variáveis	Freq. Absoluta	Freq. Relativa (%)	FR demais variáveis (%)
VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	Idade média = 30 anos	-	-	-
	Sexo	47 (Feminino)*	67,10%	32,90%
	Grau de escolaridade	38 (Graduação)*	54,30%	45,70%
	Cidade onde reside	30 (Redenção)*	42,80%	57,20%
	Princ. fonte de renda	29 (Prest. Serviços)*	42,80%	57,20%
COMPORTAMENTO FINANCEIRO	Resp. decisão sobre gastos	42 (Todos decidem)*	60%	40%
	Situação financeira atual	27 (Não consegue organizar-se financ.)*	38,60%	61,40%
	Possui dívidas	28 (Sim, pagar em pouco tempo)*	40%	60%
	Meio de pag. mais util.	39 (Dinheiro)*	55,70%	44,30%
	Finalidade maior parte do orçamento	38 (Cartão de crédito)*	54,30%	45,70%
	Solicitação empréstimo	34 (Não)*	48,60%	51,50%
	Finalidade empréstimo	20 (Compra de bens e insumos)*	28,60%	71,40%
	Dificuldade acesso emprést./ serviços financ.	60 (Não)*	85,70%	14,30%
	Pagamento dívidas	33 (Sim)*	47,10%	52,90%
	Motivação dificuldades financeiras	33 (Ganhar pouco)*	47,10%	52,90%
CONHECIMENTO FINANCEIRO	Como adquiriu conhecimento sobre gestão financeira	35 (Família)*	50%	50%
	Acesso material ou curso sobre EF	42 (Não)*	60%	40%
ATITUDE FINANCEIRA	Opinião sobre educar-se financeiramente	54 (Sim, importante p/ cumprir objetivos)*	77,10%	22,9%
	Poupança para fins emergenciais	35 (Sim)*	50%	50%
	Planej. Financ. pandemia	33 (Não, rendimentos insuficientes)*	47,10%	52,9%
	Opinião sobre aposentadoria	38 (Não me preocupei ainda)*	54,3%	49,70%

*Variáveis com maior percentagem.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao analisar o perfil dos respondentes, percebe-se que a maioria pertence ao gênero feminino (67,10%), são residentes da cidade de Redenção e apresentam idade média de 30 (trinta) anos. No entanto, obteve-se uma variação de idades entre os indivíduos pesquisados que oscilaram entre 18 (dezoito) e 64 (sessenta e quatro) anos. No que tange a escolaridade, todos possuem algum grau de instrução, sendo que a maior frequência intitula-se com um nível de ensino superior de graduação (54,30%), seguido dos intitulados de Pós-Graduação (18,6%), Ensino Médio (20%) e, por fim, com Ensino Fundamental (7,1%). Conclui-se que a maioria dos respondentes possui formação de nível superior. Por fim, quanto a variável que identifica a principal fonte de renda, 42,80% dos respondentes afirmam trabalhar com prestação de serviços (maioria).

Tendo em vista a dimensão do comportamento financeiro dos respondentes, nota-se que a maioria afirma a participação conjunta na tomada de decisão sobre gastos (60%), seguido de 32,7% que afirmam decidir com algum parente, e apenas 7,1% tomam decisões financeiras



sozinhos. Quanto a variável situação financeira atual, a maioria afirma enfrentar dificuldades por não conseguir organizar-se financeiramente (38,60%), seguido de 22,9% que afirmam conseguir gastar somente com o necessário; 21,4% afirmam ter apenas o suficiente para sobreviver; 12,9% consideram-se consumistas e não planejam gastos e; 4,3% relatam não planejar suas finanças por não saber como proceder. Tais resultados indicam o enfrentamento de dificuldades financeiras pela maioria dos respondentes, denotando a falta de conhecimento sobre planejamento financeiro.

Em relação a variável possuir dívidas, prevalece a afirmação que possui, sendo estas de curto prazo (40%). Quanto ao meio de pagamento mais utilizado, a maioria utiliza o dinheiro (55,70%), seguido do cartão de crédito (30%), sendo esta a principal finalidade do orçamento dos respondentes (54,30%). Segundo Serasa (2021), a principal causa do endividamento dos brasileiros está ligada ao uso de cartão de crédito. Considerando as variáveis referentes ao empréstimo formal, 48,60% nunca solicitaram nenhum tipo de empréstimo formal (1ª var.); o maior percentual foi para a compra de bens e insumos (28,60% - 2ª var.) e; 85,60% relataram não ter dificuldades de acesso a empréstimos (85,70% - 3ª var.). Constatou-se ainda que, em relação a variável pagamento de dívidas, 47,10% afirmaram não possuir dificuldades para pagar, seguidos de 42,9% que afirmaram enfrentar dificuldades de pagar suas dívidas. Constatou-se a baixa diferença entre estas subvariáveis, indicando um número ainda evidente de respondentes que enfrentam dificuldades para quitar suas dívidas. Por fim, quanto a variável motivação das dificuldades financeiras, a principal razão apontada foi de possuir poucos ganhos ou renda insuficiente para arcar com as despesas.

Em relação aos resultados apresentados sobre a dimensão conhecimento financeiro, 50% afirmaram ter adquirido esse conhecimento com a família, enquanto 60% relataram que nunca tiveram acesso a nenhum material ou curso sobre EF. Tais resultados constata a deficiência de conhecimento sobre educação financeira no território analisado, considerando que predominam os respondentes que nunca tiveram acesso externo a qualquer tipo de conhecimento relacionado ao tema em discussão, mas somente com a família (a mediação deste processo pode estar interligada ao fato dos respondentes possuírem dificuldades financeiras, considerando, também, que a família possui falta de conhecimento sobre EF).

Por fim, no que diz respeito a dimensão atitude financeira, 77,10% dos respondentes reconhecem a importância de educar-se financeiramente, enquanto 22,9% relatam que gostaria de aprender como gerir suas finanças, pois ainda não sabem. Quanto a variável poupança para fins emergenciais, 50% afirmam poupar e 41,4% relatam poupar, mas de forma descontinuada. Em relação a variável planejamento financeiro durante a pandemia, evidencia-se a constatação dos que afirmam não terem conseguido planejar ou poupar, em virtude de possuírem baixos rendimentos financeiros; seguido de 34,3% que conseguiram planejar e; 18,6% daqueles que, além de não terem conseguido planejar-se, também sentiram-se obrigados a usar suas reservas emergenciais. Finalmente, em relação a variável opinião sobre aposentadoria, prevalece os que afirmam não se preocupar com isso ainda (54,3%), indicando a falta de conhecimento sobre a importância de planejar-se financeiramente, tanto em curto quanto em longo prazo.

Em seguida, apresentam-se as variáveis e suas abreviações, assim como a análise quantitativa das variáveis analisadas, respectivamente (vide quadro 4 e tabela 3).

**Quadro 4** - Abreviações das variáveis analisadas

VARIÁVEIS	SIGLAS	VARIÁVEIS	SIGLAS
Idade	ID	Dificuldade Acesso Empréstimo	DAE
Sexo	SX	Pagamento Dívidas	PgD
Grau de Escolaridade	GE	Motivação Dificuldades Financeiras	MDF
Cidade onde reside	CID	Conhecimento sobre EF	CEF
Principal Fonte de Renda	PFR	Acesso Material/ curso EF	AMEF
Responsável Decisão Gastos	RDG	Opinião Educar-se Financeiramente	OEF
Situação Financeira Atual	SFA	Interesse Poupança	IP
Possui dívidas	PD	Planejamento fin. durante Pandemia	PP
Meio de Pagamento mais utilizado	MPg	Opinião sobre Aposentadoria	OA
Finalidade maior parte Orçamento	FO	-	-
Solicitação Empréstimo	SO	-	-
Finalidade Empréstimo	FE	-	-

Fonte: Autores, 2022.

Tabela 3 – Análise quantitativa das variáveis

Var.	N	Méd.	Ma	Moda	DP	Variância	Mín.	Máx.	Curt.	Assim.	EP
ID	70	30,35	28	28	9,90	98,11	18	64	2,10	1,37	1,18
SX	70	0,32	0	0	0,47	0,22	0	1	-1,48	0,74	0,05
GE	70	1,84	2	2	0,81	0,65	0	3	0,099	-0,54	0,096
CID	70	2,68	1	0	3,17	10,07	0	12	0,31	1,04	0,37
PFR	70	2,95	2	2	2,44	5,95	0	9	0,08	1,17	0,29
RDG	70	3,08	4	4	1,61	2,60	0	6	-0,66	-0,84	0,19
SFA	70	1,51	1	0	1,58	2,51	0	4	-1,21	0,60	0,18
PD	70	1,77	2	2	1,07	1,16	0	3	-0,96	-0,52	0,12
MPg	70	0,6	0	0	0,74	0,56	0	2	-0,74	0,81	0,08
FO	70	2,64	2	2	1,59	2,55	0	7	1,69	1,24	0,19
SO	70	1,7	0,5	0	2,00	4,03	0	5	-1,07	0,72	0,24
FE	70	2,22	2	4	1,84	3,39	0	6	-1,53	-0,07	0,22
DAE	70	0,85	1	1	0,35	0,12	0	1	2,42	-2,08	0,042
PD	70	0,62	1	0	0,66	1,16	0	2	-0,64	0,58	0,07
MDF	70	1,11	1	0	1,24	1,55	0	3	-1,36	0,56	0,14
CEF	70	1,65	0,5	0	1,85	3,44	0	5	-1,60	0,43	0,22
AMEF	70	0,6	1	1	0,49	0,24	0	1	-1,88	-0,41	0,058
OEF	70	0,22	0	0	0,42	0,17	0	1	-0,26	1,32	0,05
IP	70	0,58	0,5	0	0,64	0,42	0	2	-0,53	0,65	0,07
PP	70	0,71	1	0	0,76	0,58	0	2	-1,08	0,54	0,091
OA	70	0,97	0	0	1,22	1,50	0	3	-1,08	0,78	0,14

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Destaca-se que o questionário apresenta 21 (vinte e uma) questões e, portanto, após a análise, 21 (vinte e uma) variáveis foram validadas e analisadas. Ressalta-se que, em relação ao perfil dos respondentes, estes possuem idade média de 30 (trinta) anos, sendo a menor idade 18 (dezoito) anos e a maior igual a 64 (sessenta e quatro) anos. As demais variáveis analisadas apresentam resultados significativamente homogêneos, considerando a codificação quantitativa necessária à análise, com exceção da variável idade.

4.2. Análise do Impacto das Variáveis Socioeconômicas sobre a Educação Financeira

Para melhor entendimento do impacto da variável socioeconômica selecionada sobre os fatores comportamentais de EF, utilizou-se o teste **t** para amostras independentes (variáveis de até dois grupos).

Para análise dos grupos foi considerada a variável socioeconômica, sexo (optou-se por



trabalhar com esta variável como representativa da categoria socioeconômica, pois esta apresenta resultados significativos para este estudo). A formação dos agrupamentos se deu considerando as similaridades existentes e os impactos entre a variável socioeconômica selecionada e os construtos que representam as dimensões, que compõem a Educação Financeira, analisadas neste trabalho.

Tabela 4 – Agrupamentos – variável socioeconômica em relação ao comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira

Variável socioeconômica	Agrupamentos	Variáveis	Teste paramétrico	
			Valor t	Sig.
SEXO	Comportamento financeiro/ sexo	RDG	0,941	0,350
		SFA	-2,52	0,014*
		PD	-1,00	0,319
		MPg	-0,744	0,459
		FO	-0,350	0,727
		SO	0,390	0,698
		FE	-2,389	0,020*
	Conhecimento financeiro/ sexo	DAE	-0,927	0,357
		PgD	0,556	0,580
		MDF	-1,520	0,133
		CEF	-1,506	0,137
		AMEF	-1,02	0,919
		OEF	0,754	0,453
		Atitude financeira/ sexo	IP	0,575
PP	-1,537		0,129	
OA	1,977		0,052	

Significância Estatística: *P < 0,05; **P < 0,01; ***P < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Nota-se que, entre as dezesseis variáveis, destacaram-se duas variáveis pertencentes ao construto comportamento financeiro, que apresentaram diferença significativa (parâmetro de 5%) em relação a variável socioeconômica (sexo). De acordo com os resultados apresentados, pode-se destacar que houve uma diferença **significativa** na relação entre a variável situação financeira atual e a variável sexo (valor-p = 0,014, que corresponde a $P < 0,05$). Por sua vez, a variável finalidade do empréstimo, quando relacionada com a variável sexo, também apresentou diferença **significativa** (valor-p = 0,020, que corresponde a $P < 0,05$). Os demais resultados apresentam significância acima de 5%, portanto, não sendo possível concluir a existência de diferenças significativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem sobre EF desempenha papel central na formação do comportamento e atitudes financeiras dos indivíduos, sendo este, fator fundamental para o desenvolvimento do meio em que se vive. Assim, o presente trabalho busca avançar neste tema, tendo como objetivo analisar o comportamento financeiro de indivíduos que vivem no meio rural, por meio da averiguação dos impactos que as variáveis socioeconômicas têm sobre a educação financeira no território rural do Maciço de Baturité.

Este trabalho permite concluir que os efeitos do sucesso da EF dependem do comportamento financeiro adotado. Em uma análise preliminar, constata-se que prevalecem os respondentes que possuem formação em ensino superior, porém, eles afirmam que nunca tiveram acesso a qualquer material ou curso sobre finanças e não apresentam interesse em planejar-se em curto e longo prazo, mesmo reconhecendo a relevância de educar-se



financeiramente. Tal análise denota o baixo nível de EF no meio rural analisado e a importância da orientação financeira como parte da trajetória de vida do indivíduo.

Tais conclusões ratificam a urgente necessidade de serem implementadas ações efetivas para minimização do analfabetismo financeiro no meio rural analisado. Por meio das variáveis analisadas, entende-se que educar financeiramente a sociedade como um todo, não é uma tarefa fácil, principalmente, no âmbito rural. Porém, como proposto, este estudo mostra a relevância de se analisar a orientação financeira não somente interligada às finanças pessoais, mas também com o meio em que o indivíduo está inserido, reconhecendo, neste caso, que a consciência financeira do cidadão rural está fortemente relacionada com os impactos socioeconômicos positivos do meio que habita.

Sendo assim, a principal contribuição para estudos futuros diz respeito a entender as reais atitudes e comportamentos dos indivíduos que compõem o meio rural. Este trabalho serve de base para novos estudos, com olhar mais aprofundado, incluindo maior amostra, com novos públicos-alvo para devidas comparações como forma de evidenciar o uso do conhecimento financeiro e, assim, elencar o nível de EF.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020.** ENEF, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-chega-ao-ensino-infantil-e-fundamental-em-2020/?doing_wp_cron=1646083361.8520970344543457031250>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. **Trabalhos para discussão.** n. 280. p. 1-52. Brasília, jun. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais (Conteúdo básico).** Brasília: BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira na agenda da responsabilidade social empresarial.** Boletim Responsabilidade Social e ambiental do Sistema financeiro. Ano 4. n. 39. Brasília: BCB, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2020.

BRUHN, M. L. *et al.* **The impact of high school financial education, experimental evidence from Brazil.** The World Bank Development Research Group & Latin America and Caribbean Region. 2013.

BARROS, L. **Educação financeira para produtores.** 2010. Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/educacao-financeira-para-produtores-18575>>. Acesso em: 28 fev. 2022.



CAMPOS, A B. **Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para a tomada de decisões de consumo de jovens – indivíduos - consumidores (JIC’S)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Exatas (UFJF). Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%0c3%0a7%0c3%0a3o-Andre-Campos.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CARDOSO, D. A.; SILVA, D. R.; VICENTE, V.; **O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda**. 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26980?mode=full>>. Acessado em: 14 fev. 2022.

CARVAS, P. S. **A Educação financeira como política de desenvolvimento financeiro e econômico no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Produção, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10735/A%20EDUCACAO%20FINANCEIRA%20COMO%20POLITICA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20Philip%20Santos%20Carvas.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

CHIARELLO, A. P. R. *et al.* **Educação financeira para o jovem do campo: novas perspectivas de ensinar e de aprender**. V Jornada Nacional de Educação Matemática e XVIII Jornada Regional de Educação Matemática. Passo Fundo, mai. 2014. Disponível em: <<https://silo.tips/download/educaao-financeira-para-o-jovem-do-campo-novas-perspectivas-de-ensinar-e-de-apre>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

GREENSPAN, A. **Financial literacy: a tool for economic progress**. v. 36. n. 4. p. 37-41, July/Aug. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. **Does financial education impact financial literacy and financial behavior, and if so, when?** German Institute for Economic Research, 2017. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2753510>. Acesso em: 28 fev. 2022.

NESI, H. N. **Educação financeira para jovens do campo**. Monografia (Licenciatura em informática) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Francisco Beltrão, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25054/1/educacaofinanceirajovens.pdf>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. V. S. S. A Corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? **Anais**. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, set. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTQ3MjU=>>. Acesso em 25 fev. 2022.



PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Educação no Meio Rural: Diferenciais entre o Rural e o Urbano. **TEXTO PARA DISCUSSÃO**. Brasília: Ipea, mar. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf>. Acessado em: 14 fev. 2022.

PONTARA, A. Educação Financeira como proposta fundamental para a melhoria do desenvolvimento da Agricultura Familiar Brasileira. **Anais Sintagro**, Ourinhos, v. 11. n. 1. p. 189-197. out. 2019.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira**: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros. Dissertação (Mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4672/POTRICH%2C%20ANI%20CAROLINE%20GRIGION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: RAP, nov./ dez., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 20 fev. 2022.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil//2021**. 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/MKTECS-654-Mapa-da-Inadimplencia-Dezembro-2-1.pdf>. Acesso em 1 mar. 2022.

SILVA, S. B.; AQUINO, S. A.; SILVA, C. R. S. Educação financeira para agricultores familiares: um estudo de caso em estruturação de negócios. **Anais**. XVI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. Pernambuco, set. 2018.

OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. Recommendation of the council**. Jul. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acessado em: 14 fev. 2022.

TWUMASI, M. A. *et al.* Does financial literacy inevitably lead to access to finance services? Evidence from rural Ghana. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 52:3, 2021. ISSN 1678-4596. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cr/a/xjCMTKtKrV7tQsz8bXgGMrt/>>. Acessado em: 13 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de artigo em publicação periódica da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2021. 37p.